

Ilmo. Sr.

Dr. Mário Ipiranga Montciro

Rua Marcilio Dias , 235

Nesta

**I  
N  
F  
O  
R  
M  
A  
T  
I  
V  
O  
  
M  
E  
N  
S  
A  
L**



**DIVISÃO DE MANAUS  
DA SPVEA**

**Edifício IAPETC - Manaus - Amazonas**



A T E N Ç Ã O :

Procurando colocar a todos bem a par das diretrizes da nova política do governo federal na Amazônia, visando ao seu desenvolvimento, damos a seguir, neste número, o texto da Lei nº 5.122, de 29 de setembro do corrente ano, que transformou o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S.A., mudando-lhe a destinação de simples organismo de defesa e estímulo da produção da borracha para a de um Banco regional de desenvolvimento econômico.

Dentro da dinâmica da nova política governamental ao Banco da Amazônia S.A. está reservado um papel saliente e de suma importância, por isso que, ao mesmo tempo que cumprirá a tarefa de um organismo operando em todas as modalidades de operações bancárias, especialmente naquelas relacionadas com as atividades industriais, comerciais e agrícolas da região, atuará ele como agente financeiro da SUDAM, o novo órgão incumbido de planejar e fiscalizar a execução das medidas tendentes a recuperar a Amazônia.

Se antes, com a antiga denominação e estrutura, o Banco já era de importância para a região e o seu desenvolvimento, agora principalmente a sua presença avulta na área. Daí estarmos chamando a atenção dos leitores para o texto que se segue, o qual não pode ser ignorado por aqueles que têm interesses aqui, ou para aqui pretendam carrear investimentos de fora.



## LEI Nº 5.122 - de 28 de setembro de 1966

Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S.A.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Banco de Crédito da Amazônia S.A., instituição financeira pública nos termos do art. 22 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a denominar-se Banco da Amazonia S.A., com as seguintes atribuições:

a) executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social;

b) efetuar operações bancárias em todas as suas modalidades, inclusive aceites, avais e prestação de quaisquer garantias e, especialmente as operações direta ou indiretamente relacionadas com as atividades industriais, comerciais e produtoras da Região Amazônica;

c) exercer as funções de agente financeiro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazonia;

d) atuar como agente financeiro para aplicação, na Região Amazônica, de recursos mobilizados interna ou externamente de acordo com a legislação em vigor;

e) executar, com exclusividade, os serviços bancários da SPVEA e dos demais órgãos regionais federais, inclusive autarquias, e em especial a movimentação dos recursos do artigo 199 da Constituição Federal;

f) executar os serviços bancários de quaisquer órgãos federais, inclusive autarquias, nos termos do item II do art. 19 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nas localidades da Região Amazônica onde o Banco do Brasil S.A. não disponha de agências;

g) aplicar como agente financeiro da SPVEA, segundo as diretrizes de desenvolvimento econômico que esta traçar, os recursos por ela destinados para crédito em favor da iniciativa privada na Região sem prejuízo da ação normativa do Conselho Monetário Nacional;

h) executar, paralelamente ao Banco do Brasil S.A. na Região Amazônica e como agente da Comissão de Financiamento de Produção, a política dos preços mínimos dos produtos agrícolas, pecuários ou extrativos, na forma da legislação em vigor.

§ 1º A Região Amazônica, para os efeitos desta lei, é a definida em lei para a realização do Plano de Valorização Econômica da Amazonia, previsto no art. 199 da Constituição Federal.

§ 2º Enquanto o Banco da Amazonia S.A. não estiver aparelhado para a execução das atribuições contidas neste artigo, poderá, na forma pela qual for regulamentada, nomear outros estabelecimentos bancários, oficiais ou privados que operem naquela área, como seus agentes financeiros, para a consecução das citadas atribuições.

Art. 2º O Banco da Amazonia Sociedade Anônima poderá, ainda, mediante regulamento próprio, aprovado pelo Banco Central da República do Brasil:

a) promover estudos que possibilitem a realização de empreendimentos econômicos para a Região Amazônica e a organização das respectivas empresas podendo inclusive, facilitar a sua formação, mediante lançamento de ações a subscrição pública;



b) garantir a tomada de parcelas de capital para revenda pública de empreendimentos prioritários ao desenvolvimento da Região, podendo para isso emitir títulos de rendimento fixo ou variável conforme previsto em lei;

c) realizar negociações para obtenção de recursos externos com agências financeiras estrangeiras e internacionais.

Art. 3º O capital do Banco da Amazonia S.A., atualmente de Cr\$ 150.000.000, poderá ser alterado por decisão de Assembleia Geral, sempre que necessário, observada a legislação geral das sociedades anônimas e a legislação específica sobre o sistema financeiro nacional, em vigor, em especial a presente lei.

§ 1º O primeiro aumento de capital somente se fará após cumprida a Lei nº 4.087, de 7 de julho de 1962.

§ 2º A União manterá, sempre, nos aumentos de capital a maioria absoluta do capital do banco, devendo as restantes ações ser colocadas a subscrição pública.

§ 3º Somente pessoas brasileiras físicas ou jurídicas, poderão ser acionistas do Banco.

§ 4º Nenhum acionista, à exceção da União, poderá dispor de mais de 3% do capital social do Banco.

§ 5º Nos aumentos de capital do Banco da Amazonia S.A., oferecidos a subscrição pública, terão preferência as pessoas físicas e jurídicas da Região Amazonica.

Art. 4º A União consignará no seu orçamento atualmente, dotações em favor do Banco da Amazonia S. A., para aplicação em créditos especializados à iniciativa privada na Região Amazonica.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,000 (vinte bilhões de cruzeiros) destinado a atender ao disposto neste artigo.

§ 2º O crédito especial de que trata a presente lei terá vigência de dois exercícios a contar da data do registro pelo Tribunal de Contas.

§ 3º A partir do exercício orçamentário de 1967, inclusive, os recursos previstos neste artigo serão consignados no Orçamento da União, anexo do Ministério da Fazenda, durante o prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por período não superior a um quinquênio, a critério do Conselho Monetário Nacional.

§ 4º Os recursos previstos neste artigo serão automaticamente registrados no Tribunal de Contas da União distribuídos ao Tesouro Nacional e colocados a disposição do Banco da Amazonia S.A., onde terão sua movimentação escriturada em conta especial para posterior integralização da parcela de capital da União por ocasião dos aumentos referidos no artigo anterior.

§ 5º Ao liberar os recursos previstos neste artigo, poderá o Ministério da Fazenda descontar as parcelas dos depósitos referentes a exercícios anteriores, que, decorrido, pelo menos o interregno de um exercício financeiro, a partir de sua efetivação, não tenham sido aplicadas ou vinculadas a projetos específicos.

Art. 5º As pessoas físicas ou jurídicas que adquirirem ações do Banco da Amazonia S.A., colocadas a subscrição pública nos termos do § 2º do art. 3º desta lei, é facultado deduzir do imposto de renda até 50 % do valor pago na compra destas ações, desde que a dedução não ultrapasse a 25% do total do imposto devido.

Art. 6º O Banco da Amazonia S.A. será administrado por uma Diretoria constituída por seis membros, todos brasileiros e residentes no País, sendo um Presidente e cinco Diretores, dois dos quais pelo



menos, profissionais da atividade bancária.

§ 1º O Presidente do Banco da Amazonia S.A. será nomeado pelo Presidente da República e por este demissível ad nutum; os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral da Sociedade e exercerão seu mandato pelo prazo de quatro anos, observado em ambos os casos, o disposto no artigo 22 § 2º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, observados ainda os dispositivos da presente lei.

§ 2º No caso de substituição em caráter efetivo do Presidente do Banco da Amazonia S. A., poderá o novo titular, até 60 dias após assumir as funções convocar a Assembleia Geral dos Acionistas da Sociedade, para decidir sobre o término do mandato dos Diretores em exercício.

Art. 7º O Conselho Fiscal do Banco da Amazonia S.A. será integrado por um representante do Ministério da Fazenda, um representante da SPVMA e um representante dos acionistas minoritários, escolhidos anualmente em Assembleia Geral Ordinária, a qual fixará a sua remuneração.

Parágrafo único. Juntamente com a indicação e eleição dos membros efetivos, serão indicados e eleitos os respectivos suplentes.

Art. 8º Além da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, contará ainda o Banco da Amazonia S.A., no desempenho de suas funções, com um Conselho Técnico Consultivo, que servirá gratuitamente e terá as seguintes atribuições:

a) opinar sobre os assuntos objeto de consulta formulada pela Diretoria;

b) sugerir medidas relativas à articulação entre os programas do Banco com os dos Estados e Territórios Federais e o setor privado regional;

c) opinar sobre os programas e orçamento anuais de operação do Banco;

d) opinar sobre as diretrizes básicas e normas gerais de operações quando consultado pela Diretoria.

Parágrafo único. O Conselho Técnico Consultivo será presidido pelo Presidente do Banco da Amazonia Sociedade Anônima e constituído dos membros da Diretoria e mais os seguintes representantes:

a) representante da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazonia;

b) representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

c) um representante dos órgãos estaduais de desenvolvimento sediados na Região, escolhido em rodízio;

d) um representante dos bancos oficiais estaduais sediados na Região, escolhido em rodízio;

e) um representante do setor rural da Região, escolhido mediante indicação das Federações Estaduais e Territoriais da Região, ou entidades que suas vezes fizerem, através da Confederação Nacional respectiva;

f) um representante do setor comercial da Região, escolhido mediante indicação das Federações Estaduais e Territoriais da Região, ou entidades que suas vezes fizerem, através da Confederação Nacional respectiva;

g) um representante do setor industrial, escolhido mediante indicação das Federações Estaduais e Territoriais da Região, ou entidades que suas vezes fizerem, através da sua Confederação Nacional respectiva;

h) um representante dos Territórios Federais da Região, escolhido em rodízio.



Art. 9º Por decisão do Presidente ou da Diretoria, as contas e as atividades administrativas do Banco da Amazonia S.A. poderão ser submetidas, mediante contrato, a análise de auditoria alheia à instituição, a cargo da firma brasileira especializada de notória idoneidade.

Parágrafo único. O relatório da firma auditora será submetido à apreciação do Conselho Fiscal.

Art. 10º O financiamento do custeio das safras de borracha de produção extrativista, bem como a manutenção dos respectivos estoques reguladores, e a compra de borracha, quando for o caso, serão efetuados sob responsabilidade da União, com os recursos e segundo a forma definida na legislação específica sobre a matéria ora em vigor, e as alterações que nela vierem a ser introduzidas.

Art. 11 O Banco da Amazonia S.A. poderá fazer empréstimos para pré-investimentos ou investimentos infra-estruturais, decorrentes de acordo com a SPVIA ou qualquer outras entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, para aplicação na região, obedecidas as normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 12. Considerada a extensão da área em que o Banco deve atuar, as decisões sobre as operações serão descentralizadas, através de um regime de alçadas, estabelecido entre a Diretoria e suas Agências, ou dependências que venham a ser criadas.

Art. 13. Os servidores do Banco da Amazônia S.A., com exceção dos ocupantes de cargos técnicos definidos no regulamento, serão admitidos mediante concurso público.

Art. 14. O Banco da Amazonia Sociedade Anônima gozará de imunidade tributária sempre que funcionar como delegado, mandatário ou representante da União, ou de qualquer dos seus órgãos não sujeitos a opus fiscais.

Art. 15. Dentro de prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação desta lei, será convocada a Assembleia Geral do Banco da Amazonia S.A. para reformar os estatutos sociais do Banco, adaptando-se as normas ora estabelecidas e eleger o titular de cargo de Diretor do Banco, acrescido pela presente lei.

Art. 16. Aplicam-se ao Banco da Amazonia S.A., as normas do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, no que não colidirem com as da presente lei.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1956; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO  
Eduardo Lopes Rodrigues

\*\*\*\*\*



\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

### COMENTANDO

O entusiasmo e a decisão com que o governo federal se está lançando à chamada "Operação Amazônia", mobilizando equipes técnicas para o levantamento das potencialidades locais, dinamizando as repartições federais aqui localizadas, promovendo o debate público da problemática regional para que se torne amplamente conhecida e possa, assim, espigar o espírito realizador do empresário nacional, está começando a empolgar a consciência da nação, que, a uma voz, entra a participar das preocupações oficiais e do desejo do governo de defender e recuperar a Amazônia.

Hoje está ficando comum a visita de homens de negócios, que outrora só tinham olhos para as possibilidades econômicas do centro-sul brasileiros, à Amazônia. E não mais apenas para conhecer as suas atrações turísticas, as suas exoticiidades ou o seu farto arsenal lendário, mas para conhecer de perto as possibilidades de aqui investir capital, ou de para aqui transferir o centro de suas atividades lucrativas.

A constatação do fato é animadora e não pode deixar de trazer novo alento às nossas populações descrentes. Afinal, o comêço do degelo em relação à planície verde representa o sepultamento daquele conceito lírico mas profundamente prejudicial em que se tinha a Amazônia no sul do país e até mesmo no estrangeiro. Conceito nascido e estruturado em noções puramente literárias, de homens que sempre tiveram a região unicamente como matéria prima para os seus arreouos de imaginação criadora e jamais como área geo-econômica de grandes potenciais, apenas saqueada e difamada pelas atividades destrutivas dos seus exploradores, ou pela incapacidade de compreensão de seus intérpretes.

Entendemos que o primeiro e indispensável passo para o despertar da região teria que ser a conscientização de sua importância para o futuro da pátria e de suas potencialidades como área geo-econômica. Realmente, sem que se creia na Amazônia e no seu futuro, será impossível despertar interesse pela mesma.

A constatação do entusiasmo que ora começa a empolgar o empresário nacional, portanto, mercê do exemplo concreto oferecido pelo governo federal, dá-nos a garantia de que é realmente chegada a hora da Amazônia, não, porém, para a contemplação passiva de suas grandezas na



turais, como no passado, mas para realizações fecundas, que a incorporem de fato a dinâmica da civilização brasileira.

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

### INFORMATIVO INTERIO DA DE.1

=====

#### SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO:

Durante o mês de outubro último, o Setor de Relações Públicas da Divisão, fez distribuição na cidade do nº 8 do "INFORMATIVO MENSAL", tendo atendido, ainda, a pedidos particulares de outras publicações da SPVEA.

LEVANTAMENTO DE ELEMENTOS INFORMATIVOS: Por solicitação do Cónego Apio Campos, Presidente da Sub-Comissão de Desenvolvimento Cultural, da Comissão de Planejamento da SPVEA, a Divisão de Manuais, pelo seu Setor de Relações Públicas, procedeu a um levantamento de dados sobre os cursos médios e universitários existentes no Amazonas, tendo remetido os resultados obtidos para aquela supracitada Sub-Comissão.

#### MAIAS DE CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS E EXPEDIDAS:

Data		Procedência	Data		Destino
4/10/66	-	Belém	5/10/66	-	Belém
5/10/66	-	Brasília	7/10/66	-	Belém
11/10/66	-	Belém	12/10/66	-	Belém
11/10/66	-	Belém	14/10/66	-	Brasília
12/10/66	-	Brasília	14/10/66	-	Rio
18/10/66	-	Brasília	14/10/66	-	Belém
18/10/66	-	Belém	19/10/66	-	Belém
24/10/66	-	Rio	21/10/66	-	Belém
25/10/66	-	Belém	26/10/66	-	Belém
26/10/66	-	Brasília			
31/10/66	-	Rio			



NORMAS DE SERVIÇO BAIXADAS PELA CHEFIA DA DIVISÃO:

Nº	Data	Assunto
049/66	24/10/66	- Aplica pena de suspensão a servidor
050/66	26/10/66	- Concede férias a servidores
051/66	27/10/66	- Transfere férias de servidores

PESSOAS QUE PROCURARAM A CHEFIA DA DIVISÃO PARA TRATAREM DE ASSUNTOS LIGADOS À SPVEA:

- Sr. ARISTÓTELES BONFIM
- Padre JORGE, da Escola Industrial Salesiana
- Sr. JUAN B. ARCUINO
- Sr. JORGE AUGUSTO LE SOUZA BAIRD, Secretário de Fazenda do Estado
- Sr. NERY RAMOS VILELA, da Du Pont do Brasil S.A. indústrias químicas
- Sr. CARLOS ALBERTO RENEZES, Diretor da COMARSA

ISENÇÕES FISCAIS:

LEI Nº 4.869 - Para gozo dos benefícios desta Lei, durante o mês de outubro foi concedido atestado de locação às seguintes firmas:

Indústria de Alumínio Piranha Ltda.

J. Furtado & Cia. Ltda.

J. Castro & Cia.

Norte Brasileira de Latex S.A. - NORTEX

Tecelagem T. Medeiros - Imp. e Exp. S.A.

LEI Nº 4.069-B - Durante o mês de outubro, foram despachados dois processos à consideração da Comissão Deliberativa da SPVEA, de interesse das empresas: Companhia Nacional de Borracha e L.B. Sabbá & Cão. Ltda., solicitando favores da Lei em referência.



PRESTAÇÕES DE CONTAS APROVADAS PRELIMINARMENTE PELA TFE:

<u>Proc. IM.</u>	<u>Entidade</u>	<u>Valor</u>	<u>Exerc.</u>
00773/65	- SERVIÇO NAC. DE LEPRO	2.000.000	1959
00305/66	- ARQUIDIOCESE DE MANAUS	50.000	1961
00353/65	- PONTIFÍCIO INST. DAS MISSÕES	100.000	1957
00608/65	- IDEN	50.000	1957
00306/66	- IDEN	50.000	1957
00741/65	- COMP. DE ELÉTRIC. DE MANAUS	100.000	1961
00387/65	- IDEN	2.500.000	1958
00745/65	- IDEN	2.500.000	1958
00620/65	- ESCOLA PROF. DE PARINTINS	2.500.000	1962
00569/65	- PRELAZIA DE TEFÉ	250.000	1960
00561/65	- IDEN	350.000	1960
00735/65	- INSP. REGIONAL DE LEPESA SANITÁRIA VEGETAL	200.000	1960
00579/65	- PRELAZIA DE TEFÉ	200.000	1960
00500/65	- ARQUIDIOCESE DE MANAUS	100.000	1958
00365/65	- PARÓQUIA DE S. SEBASTIÃO	50.000	1957
00300/66	- INST. NAC. DE PLSQU. DA AMAZÔNIA	5.000.000	1965
00344/65	- DEP. NAC. DE PORTOS, RIOS E CANAIS - 2º DISTRITO	600.000	1956

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

A T E N Ç Ã O  
= = = = =

O DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, NA SUA EDIÇÃO DO DIA 31 DE OUTUBRO ÚLTIMO, PUBLICOU A LEI Nº 5.173, DE 27 DE OUTUBRO, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA, EXTINGUE A SPVEA E CRIA A SULAM E A LEI Nº 5.174, TAMBÉM DE 27 DE OUTUBRO, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS EM FAVOR DA REGIÃO

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

Bt. Mário Ypiranga Monteiro  
Manaus Amazonas



\*\*\*\*\*

### MUDANÇA DE AZIMUT

=====

A nova política do governo federal em relação à Amazônia tem um sabor de desafio à capacidade criadora e realizadora do empresário brasileiro, ou, em termos mais latos, da iniciativa privada nacional.

Convicto, por fim, daquela verdade há tanto proclamada pela experiência - a da falta de vocação empresarial do Estado, gerando, em consequência, o seu fracasso como gerente - decidiu o governo por à prova, agora, em termos de profundidade, a iniciativa privada como instrumento de execução de uma política desenvolvimentista para a região.

O desafio está lançado, não em termos de guerra de vida ou de morte, mas de simples emulação. O governo não deixa a iniciativa privada lançada à própria sorte na execução do cometimento. Não. Ao revés, dá-lhe, através de incentivos fiscais e estímulos de toda sorte, condições e instrumentais para que possa sair airoso da empreitada.

O I Encontro de Incentivos para o Desenvolvimento da Amazônia, marcado para dezembro vindouro, inscreve-se também nessa ordem de apoio e estímulo dados pelo governo aos empresários nacionais. Nessa mesa redonda vão ser debatidos todos os aspectos da problemática regional e também efetuado um levantamento criterioso das potencialidades econômicas da região, em termos de estudo, visando a mostrar ao investidor privado onde investir, como investir e por que investir.

É de se esperar, assim, o atendimento franco e entusiasta da iniciativa privada ao chamamento do governo. Ao desafio emulador deste devem os empresários nacionais contrapor a sua determinação de mostrar o acerto da mudança de orientação governamental, quando decidiu abandonar suas tentativas de sobrepor-se ao particular na execução da tarefa ciclópica de conquistar a Amazônia para o Brasil.

\*\*\*\*\*



SUPERINTENDENTE — General Mário de Barros Cavalcanti  
CHEFE DO GABINETE — Dr. Antonio Cândido Monteiro de Brito

### COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

SUB-COMISSÃO SAÚDE E RELATOR GERAL CP — Dr. Amyntor Virgolino  
do Amaral Basto  
SUB-COMISSÃO RECURSOS NATURAIS — Dra. Clara Martins Pandolfo  
SUB-COMISSÃO DESENVOLVIMENTO CULTURAL — Cônego Ápio Campos  
SUB-COMISSÃO TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E ENERGIA — Roberto  
de La Rocque Soares  
SUB-COMISSÃO AGRÍCOLA — Dr. Rubens Rodrigues Lima

### REPRESENTANTES

GOVÊRNO ESTADO ACRE — Dr. Rui Mendes  
GOVÊRNO TERRITÓRIO AMAPÁ — Clóvis Pena Teixeira  
GOVÊRNO ESTADO AMAZONAS — Prof. Inocêncio Machado Coêlho  
GOVÊRNO ESTADO GOIÁS — Dr. Carlos Augusto de Mendonça  
GOVÊRNO ESTADO MARANHÃO — Dr. Djalma Tenório de Brito  
GOVÊRNO ESTADO PARÁ — Dr. Joaquim Rodrigues Porto  
GOVÊRNO TERRITÓRIO RONDÔNIA — Dr. Rubens da Silveira Brito  
GOVÊRNO TERRITÓRIO RORAIMA — Dr. Ramiro Koury

### COMISSÃO DELIBERATIVA

Amíntor Virgolino do Amaral Basto  
Clara Martins Pandolfo  
Clóvis Pena Teixeira  
João Gluck Paul  
José Ribamar Goulart de Carvalho  
José Rodrigues do Couto  
Camilo Montenegro Duarte

### DIVISÃO DE MANAUS

CHEFE — Dr. Neper Antony  
REDATORES DO INFORMATIVO MENSAL — Luiz Augusto da Costa Soares  
Ana Ilza Nunes de Melo Marques





# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

## Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail: [acervodigitalsec@gmail.com](mailto:acervodigitalsec@gmail.com)

